

Governo vai orientar sua bancada contra a anistia

Da Sucursal de Brasília

dos bancos, baseado no total de Cz\$ 183 bilhões.



“Abatimento”

O líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant’Anna (PMDB-BA), afirmou ontem, em Brasília, que se não houver acordo entre as lideranças dos partidos e os autores das emendas constitucionais que prevêem a anistia das dívidas bancárias dos pequenos e micro empresários, o governo orientará sua bancada a votar contra as emendas. Ele ressaltou, entretanto, que não promoverá uma “ampla mobilização” entre os parlamentares.

Sant’Anna fará “uma ampla tentativa” de demonstrar da tribuna o custo da anistia e recomendar aos constituintes que “votem de acordo com sua consciência”.

O deputado disse que estava aguardando a visita de técnicos do Ministério da Fazenda, que estimam o custo da anistia em US\$ 10 bilhões, para explicarem os dados levantados pela equipe econômica do governo. O objetivo do líder do governo é o de confrontar os cálculos do Ministério da Fazenda com os dos autores das emendas (que indicam um custo de cerca de US\$ 1 bilhão, ou Cz\$ 183 bilhões) para tentar viabilizar um acordo. O deputado Humberto Souto (PMDB-MG) reafirmou ontem que os autores das emendas —ele, o deputado Ziza Valadares (sem partido-MG) e o senador Mansueto de Lavor (PMDB-PB)— não vão negociar antes do 2º turno de votações.

Sant’Anna disse ainda que os próprios autores das emendas “não têm fé nos seus cálculos” pois não aceitaram a proposta do governo de fixar no texto da fusão das emendas um total de desembolso por parte

Segundo o senador Mansueto de Lavor (PMDB-PB), os bancos credores dos pequenos e micro empresários poderão fazer um “abatimento contábil” sobre seu lucro bruto do montante da correção monetária a ser anistiada pelas emendas constitucionais. De acordo com ele, o decreto-lei 2.322 de 9 de julho de 1987 autoriza os bancos a deduzirem até 75% de seu lucro, antes do pagamento do Imposto de Renda, para a formação de um fundo especial de reserva destinado a ressarcir os inadimplência de dívidas originadas no Plano Cruzado.

O senador afirma que, apesar desta prerrogativa dos bancos credores não estar explicitada no texto da fusão, ela poderá ser usada porque é prevista em lei. Ele admite que se isto ocorrer, haverá um efeito indireto sobre o Tesouro Nacional, que terá uma arrecadação de Imposto de Renda menor no período de seis meses em que serão liquidadas as dívidas. O motivo é que nestes seis meses, os bancos terão um lucro tributável menor pois deverão descontar o montante necessário à formação do fundo especial de reserva.

Mansueto voltou a afirmar que a disposição dos autores das emendas é a de colocar o texto da fusão em votação, e qualificou de “ilusão” a tentativa dos líderes do governo no Congresso constituinte de retirar as emendas da pauta de votações das Disposições Transitórias. As propostas de negociação, segundo o senador, são uma maneira de o governo tentar colocar a opinião pública contra os autores das emendas.

Produtores bloqueiam bancos

Da Sucursal de Porto Alegre

Cerca de mil produtores rurais bloquearam ontem, com sacas de arroz e máquinas agrícolas, sete agências bancárias, nas cidades gaúchas de Tapes e Santa Vitória do Palmar, pedindo o fim da correção monetária dos seus débitos. As agências bancárias não puderam funcionar e algumas casas de comércio também fecharam em solidariedade aos produtores, que iniciaram o protesto às 8h e o terminaram às 16h.

Em Santa Vitória do Palmar (512 km ao sul de Porto Alegre), 300 produtores, além de sacas de arroz e máquinas, bloquearam a porta dos BB, Meridional, Unibanco e do Banrisul com lã e couro. Segundo o diretor do Sindicato Rural Artur Fernando Correa, 39, se a correção

monetária não for extinta os arroteiros “nem vendendo os filhos poderão pagar sua conta, apesar da última safra ter sido boa”.

Embora só as quatro agências trabalhem com crédito agrícola, as Caixa Econômica Federal e Estadual também não funcionaram. “Temos a solidariedade de todos, pois se o produtor vai mal, todos vão mal”, afirmou Correa. Santa Vitória do Palmar é o segundo maior produtor de arroz do Estado, com 70 mil hectares de área plantada.

Em Tapes (102 km ao sul de Porto Alegre), cerca de 700 produtores montaram pilhas de três metros de altura com sacas de arroz, conforme o presidente do Sindicato Rural, Alair Pastoriza, 39. Foram fechadas as agências do BB, Banrisul e Bradesco.

Caiado organiza manifestação de produtores rurais

Do correspondente em Bauru

O presidente nacional da União Democrática Ruralista (UDR), Ronaldo Caiado, foi ontem a Piraju (330 km a oeste de São Paulo) para incentivar a mobilização que deverá acontecer a partir de hoje, nas dependências do Congresso constituinte contra o pagamento da correção monetária. Os agricultores querem aprovação da emenda do senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE), que propõe isenção da correção monetária na liquidação dos débitos do setor agrícola.

Segundo o presidente da UDR, são esperados cerca de três mil produtores para a manifestação em Brasília. Ele disse que vai agir da mesma forma como trabalhou pela discussão do tema reforma agrária, em que a UDR saiu vitoriosa, porque conseguiu que terra produtivas não fossem passíveis de desapropriação.

Estudo mostra que 70% das dívidas já foram quitadas

Da Reportagem Local

Um estudo da área econômica do governo revelou que 70% das dívidas de microempresários contraídas durante o Plano Cruzado (março de 1986 a fevereiro de 87) já foram liquidadas. Apenas 12% dos que se endividaram nesse período estão inadimplentes. Os demais já negociaram ou negociam com os bancos melhores condições de pagamento.

A conclusão é que um hipotético perdão da correção monetária incidente sobre essas dívidas —como propõe para as Disposições Transitórias da nova Constituição uma fusão de emendas de três constituintes, o senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE) e os deputados mineiros Humberto Souto (PFL) e Ziza Valadares (sem partido)— beneficiaria uma minoria e poderia levar os que já saldaram suas dívidas a exigir na Justiça a devolução do dinheiro. (AF)